



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº PL 283/2022

COMISSÃO DE MULHERES

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

## Relatório

O Projeto de Lei nº PL 283/2022 que “Dispõe sobre a garantia da acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar”.

De autoria da Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Professora Marli; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Wanderley Porto; o projeto encontra-se em segundo turno de tramitação, oportunidade em que está sendo analisada a **Emenda 1**, ao Projeto de Lei 283/2022 e a **Subemenda 1/2022 à Emenda 1/2022** ao Projeto de Lei 283/2022.

Em segundo turno, as emendas ao projeto de lei já passaram nas seguintes comissões:

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 22.12.22  
HORA. 14:40:00



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Comissão de Legislação e Justiça** com parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da **Emenda 1**, com apresentação de **subemenda** e republicada para reclassificação de subemenda, no dia **01/11/2022**.

**Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor**, como relatora a Vereadora Bella Gonçalves, pugnou pela aprovação da **Emenda 1**, publicada dia **06/12/2022**.

Em **13/12/2022**, fui designada como nova Relatora na Comissão de Mulheres, para emitir parecer **sobre a Emenda 1**, nos termos e prazos regimentais.

Tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

## Fundamentação

Preliminarmente, o **art.52**, inciso IX e alíneas **"a"**, **"b"** e **"g"** do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte prevê as matérias atinentes à *promoção e defesa dos direitos das mulheres; políticas, programas e ações que repercutem de forma diferenciada na vida das mulheres e política de combate à violência contra mulheres, à exploração sexual e ao feminicídio*.

Nesse sentido, as emendas ao **Projeto de Lei nº 283/2022** na sua essência busca dirimir os embaraços encontrados nas formas de comunicação e obtenção de informações que são necessários e utilizadas pelos deficientes auditivos e/ou visuais no município de Belo Horizonte e regiões, tendo em vista que esse nicho da sociedade têm seus direitos violados frente à direitos



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fundamentais, dentre eles, o da dignidade da pessoa humana estampada no Art. 01, inciso III da Constituição Federal, bem como, o princípio da igualdade e da discriminação.

Ocorre que as emendas ao Projeto de Lei em tela servirá de esteio adicional para todas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sobretudo as mulheres com deficiência, haja vista a sua vulnerabilidade e as dificuldades de comunicação, que, não raras vezes, as paralizam e não as deixam buscar a ajuda e o apoio necessário para solucionar o problema de agressão, maus-tratos e outros tipos de violência sofrida.

Outrossim, as condições decorrentes da deficiência em si, aliadas com atitudes em relação às mulheres em sociedades patriarcais, as colocam em crescente risco de sofrerem violência, e muitas das vezes essas mulheres que sofrem maus-tratos e abuso não são ouvidas, ou seja, a sociedade as ignoram.

Ademais, mulheres com deficiência têm maior dificuldade de ter acesso às informações sobre como se esquivar e proteger contra a violência e o estupro. Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) muitas são as barreiras na comunicação e na informação que podem inviabilizar esse acesso. **Vejamos:**

**Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:**

**I - acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

(...)

**IV - barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em estudo, a emenda nº 01/2022, bem como, a Subemenda 01/2022 à Emenda 01/2022 ao Projeto de Lei em pauta orientasse a viger com a seguinte redação, respectivamente:

Dê-se a seguinte redação ao **Substitutivo-Emenda 01** ao Projeto de Lei nº 283/2022.

**"DISPOE SOBRE A GARANTIA DA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA À MULHER COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E/OU VISUAL VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.**

**Art. 1º - É assegurado, no município de Belo Horizonte, a acessibilidade comunicativa em Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille ou quaisquer outros meios de comunicação, à mulher com deficiência auditiva e/ou visual com dificuldade de comunicação, vítima de violência doméstica ou familiar.**

**Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se:**

**(...)**

**Art. 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei, caso entenda necessário.**

**Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".**

**E, Subemenda Substitutivo nº 01 à Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 283/2022:**

**"Altera a Lei nº 11.416/22 que "Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida.**

**A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:**

**Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 109 da Lei nº 11.416, de 3 de outubro de 2022, o seguinte artigo 109-A:**

**Art. 109-A - É assegurada, no Município, a acessibilidade comunicativa em Língua Brasileira de Sinais - Libras, em Braille, ou em quaisquer outros meios de comunicação, no tratamento à mulher com deficiência auditiva e/ou visual ou**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com dificuldade de comunicação, que tenha sido vítima de violência doméstica ou familiar.

§ 1º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - violência doméstica ou familiar contra a mulher: qualquer ação ou omissão baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, ou tenha sido praticada por pessoa da família ou que tenha com a vítima qualquer relação interpessoal;

II - tratamento: toda operação, diligência e prática realizada por agente público municipal que envolva o enfrentamento da violência, como o ato de colher informações, proceder ao registro de ocorrência, acolher, abrigar, encaminhar, orientar quanto aos direitos e/ou benefícios a que fazem jus as mulheres vítimas de violência.

§ 2º - Cabe ao Poder Executivo promover a capacitação do agente público municipal que realiza o tratamento a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º - O tratamento previsto no caput deste artigo pode ser prestado por meio telemático, desde que seja possível a sua realização e não impeça o atendimento físico ou o amplo acesso ao tratamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação."

É cediço que é imprescindível a comunicação e a presença de um profissional específico ou de pessoas capacitadas para que comunique por meio da Língua de Sinais (Libras), um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos ocorridos, a fim de que haja uma real interação e interpretação a fim de dar andamento e solução nos casos em que as mulheres estejam na condição de violência doméstica e familiar.

Nessa seara, a ausência de pessoas capacitadas para interagir com esse público, através de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille ou quaisquer outro meio de comunicação mitiga a comunicação da mulher com deficiência seja auditivo ou visual, com isso, corrobora para o aumento da violência e com isso imperar a impunidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pelo exposto acima, nota-se que as emendas estão em harmonia com o Projeto de Lei nº 283/2022, haja vista ser competência atribuída ao Município, nos moldes do art. 30, incisos I e II da Carta Magna. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...).

Ademais, o art. 171, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais corrobora ao tratar dessa competência. Observa-se:

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local,

(...)

Ademais, proteção, segurança e assistência àquelas que sofrem por tratamento desumano e degradante como é o caso da mulheres vítimas de maus tratos que encontra respaldo também no art 6º da Constituição Federal de 1988, por se tratar de direitos basilares, sem omitir ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o direito à vida, à saúde e o bem estar de todos nos moldes do art. 227 da CF/88. **Nota-se:**

**Art. 227. dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**crueidade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).**

Portanto, as emendas nº 01/2022 e Subemenda 01/2022 à Emenda 01/2022 do ilustre vereador Bruno Miranda que tem o objetivo de corroborar, ampliar e ofertar mecanismos para à sociedade, sobretudo para as mulheres portadoras de deficiência auditiva e/ou visual a fim de subsidiar uma vida digna sem maus-tratos e violência doméstica, não encontra impedimentos para sua aprovação na Comissão de Mulheres.

## **2 – CONCLUSÃO:**

Ante o exposto, Membros da Comissão de Mulheres, opino pela **APROVAÇÃO** das emendas nº 01/2022 e Subemenda 01/2022 à Emenda 01/2022 do Projeto de Lei 283/2022.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022.

MARILDA DE CASTRO  
PORTELA:00821508695

Assinado de forma digital por  
MARILDA DE CASTRO  
PORTELA:00821508695  
Dados: 2022.12.22 14:31:11 -03'00'

**MARILDA PORTELA**

**VEREADORA**

**Cidadania**

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 22/12/2022 17:41:52 UTC  
**Versão do software** 2.10

#### ▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	PROJETO DE LEI Nº PL 283.2022 FINAL.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	8dbf6ee28f1199dedb30fe0b05cd617882a9651c05bbc554a1dc668c4eaa1de8
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:\*\*\*215086\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	December 22, 2022 at 5:31:11 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

#### ► Informações do assinante

#### ► Caminho de certificação

#### ► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐